



TERRITÓRIOS DE ERRÂNCIA: uma análise da rede territorial cigana na Bahia, com ênfase às cidades de Governador Mangabeira e Cruz das Almas.

TERRITORIES OF MISTAKE: an analysis of territorial network gypsy in Bahia, with focus on cities of Governador Mangabeira and Cruz das Almas

TERRITORIOS DE ERRÂNCIA: un análisis de la red territorial cigana em la Bahia, con especial atención a las ciudades de Governador Mangabeira y Cruz das Almas.

Márcio E. Dantas Estevam

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

Professor dos cursos de Licenciatura em Geografia da Faculdade Maria Milza e da Universidade do Estado da Bahia, Campus V.

E-mail: mestevam@uneb.br

Resumo

Este artigo propõe analisar a territorialidade cigana no Recôncavo Baiano focalizando os municípios de Governador Mangabeira e Cruz das Almas. Tendo o território como conceito base da pesquisa, em sua vertente relacional, onde a territorialidade pressupõe relações de poder projetadas em um substrato referencial. A territorialidade cigana é entendida neste estudo como multiescalar, sendo sua análise permeada pelas escalas urbana e regional. O conceito de território foi selecionado justamente para alicerçar uma análise das relações de poder exercidas pelos ciganos no contexto trabalhado. Observaram-se ainda as várias relações entre os grupos ciganos localizados em diversos municípios, que delimitam um espaço apropriado de escala maior, configurando-se o território-rede. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se o cruzamento entre métodos qualitativos e quantitativos, tendo como suporte a Nova Geografia Cultural.

Palavras-Chave: Território, Redes, Ciganos, Cultura.



Abstract

This article intends to analyze the gypsy territoriality in Recôncavo from Bahia, focusing the municipal districts of Governor Mangabeira and Cruz das Almas, and the territory as a base concept of research in its relational aspect, which requires the territorial relations of power projected on a reference substrate. The gypsy territoriality is understood in this study as multiscale, and its analysis permeated by urban and regional scales. The concept of territory was selected precisely to underpin an analysis of relations of power exercised by gypsies in the working. It was still observed the several relationships among the gypsy groups located in several municipal districts, which define an adapted space of larger scale, being configured it territory-net. As methodological procedures were used crosses between qualitative and quantitative methods, with the support of the New Cultural Geography.

Key-Words: Territory, Network, Gypsies, Culture.

Resumen

Este artículo objetiva analizar la territorialidad gitana en el sitio del Recôncavo Baiano en las ciudades de Governador Mangabeira y Cruz das Almas. Utilizando para esto, los conceptos de la territorialidad. La territorialidad gitana es comprendida en esta investigación por estudio en orden escalar con enfoque en la urb y la región. Lo concepto del território fué elegido en esta encuesta devido las fuertes relaciones del poder construyedas por estas comunidades. Fueran identificadas muchas relaciones del poder entre los grupos gitanos ubicados en diversas ciudades en la región, lo que caracteriza una mirada en fragmentos de los espacios mayores en la escala de observación, resultando en análisis de las relaciones espaciales y de las redes. Con relación a los procedimientos metodológicos, fueran utilizados conjuntamente los métodos cualitativos y cuantitativos, apoyando-se en los conceptos de la nueva Geografía Cultural.

Palabras – Clave: Territorio; Redes; Gitanos; Cultura.

1. Introdução

Este artigo foi produzido a partir da pesquisa de mestrado realizada pelo autor no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, e representa de forma geral os aspectos considerados de maior relevância de um texto mais extenso construído na dissertação de mestrado. Este artigo carrega consigo as principais questões que envolvem a territorialidade cigana no Recôncavo baiano, e principalmente no contexto selecionado, os municípios de Governador Mangabeira e Cruz das Almas (**Observar anexo: 1**). Assim deixa-se claro que os pontos abordados

neste texto serão colocados de forma sintética, sem perder, entretanto a sua expressividade científica - conceitual.

A análise da territorialidade cigana neste texto, parte do princípio que esta é uma apropriação do espaço, mas também uma construção simbólica com base nos aspectos culturais desta etnia, como nos mostra Haesbaert (1997), que influenciam de alguma forma na dinâmica urbana dos municípios de Governador Mangabeira e Cruz das Almas. Destaca-se ainda a forma como se constrói os territórios ciganos: Descontínuos, porém articulados, como serão analisados mais à frente, de acordo com Souza (1995) e Haesbaert (1994, 1995, 1997 e 2004).

A análise pretendeu contribuir para os estudos de Geografia do Recôncavo baiano e para o entendimento do papel destes agentes (ciganos) na formação urbana dos espaços analisados, bem como para a compreensão da maneira como tal grupo constrói sua identidade com o espaço, transformando-o em um território, levando-se em conta que parte dos ciganos destes municípios ainda possuem a característica do nomadismo ou semi-nomadismo.

2. Objetivo Geral

- Analisar a influência dos grupos ciganos na apropriação do espaço, através da territorialidade e da relação entre os territórios ciganos, dando ênfase aos municípios de Governador Mangabeira e Cruz das Almas, como pontos de uma “rede territorial cigana”.

3. Referencial Teórico e Conceitual – sobre o território

No percurso epistemológico percorrido pela Geografia, lidando com um dos conceitos principais desta análise, o *Território*, observaremos que este foi utilizado pela primeira vez por Ratzel no final do século XIX. Para ele, território seria uma "determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano" (MORAES, 1990, p. 23). Este conceito tomou como base a definição utilizada pela

etologia¹. Ratzel faz referência à ligação do território com o Estado, este sendo criado como forma de um povo manter a sua defesa, colocando ainda que a única forma de uma sociedade alcançar um nível de desenvolvimento superior seria conquistando novos territórios.

Outros teóricos como Camille Vallaux e Elisée Reclus foram importantes para a reflexão sobre o conceito de território, uma vez que estes levaram em consideração as questões do poder e suas implicações com as ações políticas e econômicas.

Vallaux, segundo Costa (1992, p. 45), "(...) reconhece como inevitável que a formação dos Estados passe necessariamente pela definição de soberania de um povo sobre uma porção determinada do solo, definindo aí um território, ou seja, um espaço de domínio político".

Reclus, segundo Andrade (1994, p. 213) "(...) procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e o espaço ocupado e dominado". Tais autores levaram em consideração o território dentro de uma perspectiva mono escalar (Estado-nação) e sempre ligado à questão de dominação do espaço.

Raffestin (1993, p. 143-144) trabalha com a relação espaço e poder, utilizando o conceito de território mais como "(...) um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder (...)". O autor distingue os conceitos de território e espaço, território seria "(...) a prisão que os homens constroem para si", enquanto espaço seria "(...) a prisão original; o espaço é, portanto, anterior, preexiste a qualquer ação". Para este autor, o território é compreendido através de códigos e sistemas sêmicos, ele mostra que toda forma de apropriação do espaço remete a uma representação. Assim sendo, qualquer "projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos", o projeto a qual nos remete o autor refere-se a um projeto de territorialização. A comunicação e a informação (representadas pelos códigos e pelos sistemas sêmicos) são importantes ações que permitem aos indivíduos ligarem seus objetivos e equalizarem seus comportamentos enquanto grupo e permitirem assim o fluxo criador de interação.

¹ Tratado dos costumes, usos e características humanos. 2 – Estudos dos hábitos dos animais e da sua acomodação às condições do ambiente, 3 – parte da botânica que estuda as adaptações observadas nos vegetais, é uma ramificação das ciências naturais (Zoologia e Biologia), que relaciona a apropriação do espaço a uma forma de sobrevivência.



Raffestin parte de uma concepção relacional, onde as relações sócio-históricas (relações de poder) possuem um inegável papel para a construção do território. Para este autor destaca-se que tais relações ocorrem sobre um substrato (o espaço social), neste momento devemos nos ater com a devida cautela às precauções propostas por Souza (1995), pois:

(...) o território não é o substrato social em si, mas sim um campo de forças, e (...) Sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si (p. 97).

O autor completa ainda mostrando que Raffestin, não chega a romper totalmente com a velha identificação do território com o seu substrato material, e muitas vezes chega a confundir espaço social com território.

Outro importante autor é Robert Sack, que traz importantes contribuições com a análise sobre a territorialidade humana em seu livro, *Human territoriality* (1986), onde, segundo Brito (2002), entre as várias contribuições do autor, três são singulares. A primeira destaca a diferença entre a territorialidade humana e a animal, pois “(...) para os humanos a territorialidade significa uma estratégia de ação dos agentes frente aos seus interesses no território [enquanto que] para os animais resulta de instintos fundados somente em ações de natureza biológica” (p. 17). A segunda mostra que “(...) os territórios não possuem uma dimensão fixa, variam de tamanho e inclusive podem ser móveis, (...) e também (...) possuem uma duração temporal variável” (p. 17). A terceira e última, porém não menos importante, diz respeito à apropriação de várias parcelas do espaço por um mesmo agente, esta posição de Sack abre um leque conceitual que permite mais à frente a Haesbaert, em uma variedade considerável de trabalhos, lidar com a dinâmica territorial em rede.

Souza (1995, p. 86) aborda ainda territorialidade de uma forma crítica: “(...) o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (insiders) e os ‘outros’ (outsiders)”. O autor prioriza mais as relações projetadas no espaço do que propriamente o espaço concreto. Para ele, o substrato referencial pode permanecer o mesmo, porém as territorialidades sobre ele



podem ser as mais diversas, construírem-se e dissiparem-se rapidamente, com um caráter de estabilidade ou instabilidade, regularidade ou apenas periodicidade, como visto em Sack (apud Brito, 2002) anteriormente. Observamos também neste autor a influência das idéias de Raffestin, porém mais cauteloso, no sentido de ater-se à complexidade do território como substrato referencial e das relações de poder projetadas no espaço.

O território como um conceito polissêmico pode ser analisado através de diversas formas, porém a nossa proposta conceitual busca o entendimento da lógica da construção dos territórios ciganos, sua identidade territorial e os símbolos que as alicerçam, além da forma como se estruturam. Partindo-se do princípio que, segundo Souza (1995, p. 97), o “território não é o substrato, o espaço social em si, mais sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte sobre um substrato referencial”. Assim é importante destacar que os territórios são relações de poder, construídas sobre um substrato material e que são refletidas no espaço em forma de territorialidades.

Como nos diz Lefebvre (apud HAESBAERT, 1997) o processo territorializador parte da

(...) apropriação e dominação do espaço (...), sendo que apropriação seria o processo efetivo de territorialização; que reúne uma dimensão concreta de caráter predominantemente “funcional” e uma dimensão simbólica afetiva; enquanto que dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ser construída (p. 41).

Assim a dominação seria uma distorção da apropriação, a criação apenas de territórios funcionais.

Partindo da idéia de apropriação do espaço, esta se dará no processo de construção de uma identidade em uma porção do espaço geográfico (o território). Pois, segundo Haesbaert (1999, p. 172), “*de uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) dos espaços pelos seus habitantes*”. Desta forma, podemos perceber que a territorialização parte da apropriação de espaços e construção de identidades territoriais que permitirão delimitar os contornos do território, “nossos espaços e os espaços dos outros”. Muitas vezes ligadas ao processo identitário, percebe-se uma hierarquização ou



classificação das culturas, com a utilização de parâmetros de comparabilidade transformando o que é apenas diferente em desigual. Assim percebemos um certo “estranhamento” ou preconceito do “brasileiro” (indivíduo não cigano) frente ao “gajão” (cigano).

Souza (1995) propõe conectar escalas diferenciadas buscando relacionar os territórios descontínuos (rede) aos territórios contínuos (superfícies), assim a realidade concreta abarca tanto as redes quanto os territórios. Haesbaert (2002a) faz uma diferenciação entre as redes: as extrovertidas, que através de fluxos podem destruir territórios, e as introvertidas, que podem estruturar novos territórios, existindo assim as redes desterritorializantes e as redes territorializantes. Estas últimas, segundo Haesbaert (2002b, p. 123), são “(...) *aquelas mais simbólicas ou de solidariedade, voltadas para as territorialidades mais alternativas ao sistema dominante (...)*”. As relações entre os vários territórios ciganos se enquadram nesta perspectiva, são afetivas e solidárias, baseadas nos elos familiares e culturais, porém não se exclui o papel estratégico que as relações culturais podem adquirir para a reprodução do grupo, assim possuindo um caráter também de funcionalidade.

Sobre os territórios-rede, Souza (1995) ainda destaca que existe uma ligação entre os territórios “descontínuos e contínuos”. Os territórios descontínuos seriam os pontos das redes e, em outra escala, uma superfície e não mais um nó, sendo chamado agora de território contínuo, assim, segundo Souza (1995, p. 93), “(...) *cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território (...)*”, assim cada, “(...) *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*”. A idéia sobre os territórios-rede desdobra-se em uma concepção híbrida, onde os territórios e as redes estão presentes no mesmo processo territorializador, porém relacionando a este várias escalas.

Bonnemaison (2002) traz reflexões sobre o território a partir de análises de sociedades tradicionais, porém percebe-se uma nítida relação de sua concepção de território com os formatos “em rede”. Para ele, o território teria um núcleo forte e uma periferia no entorno, mas os pontos e os itinerários entre eles são os elementos que caracterizariam o espaço vivenciado e assim iriam definir uma real apropriação, gerando a verdadeira afetividade pelo território. Esta visão sobre o território nos é importante,

pois leva em conta a não fixidez dos grupos em pontos do espaço, mas sim os movimentos como fatores identitários, como fazem os grupos ciganos que, em sua maioria, partilham do nomadismo ou do seminomadismo. Deste modo, “a territorialidade se situa na junção dessas duas atitudes; ela engloba tudo aquilo que é fixação – dito de outra maneira, os itinerários e os lugares” (BONNEMAISON, 2002, p. 99). Apesar deste caráter aparentemente “fluido” da identificação do espaço, para o autor existem lugares que possuem um significado maior, “pontos fortes” ou itinerários reconhecidos que iram determinar os “territórios de errância”. Para este autor, a idéia de cultura está no centro de seus estudos de forma indissociada do território. Assim “(...) *é pela existência de uma cultura que se cria um território e é pelo território que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço*” (p.107), daí surgindo uma forma de analisar o espaço denominada de geocultural.

Bonnemaison (2002) nos lembra ainda que o território é ao mesmo tempo “espaço social” e “espaço cultural”, o primeiro sendo relacionado à organização social, às funções políticas, sociais e econômicas da sociedade e o segundo tanto à função social quanto à simbólica. Para o autor, são dois aspectos complementares não devendo haver o descuido de separá-los.

4. Metodologia

Na Geografia existem autores que defendem a fusão de vários métodos, além de um esforço interdisciplinar em função das especificidades da realidade a ser analisada, demonstrando assim a causa da utilização neste trabalho da dialética em conjunto com uma “Geografia das Representações Sociais”, como proposto por Serpa (2005). Baseando-se em autores como Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu e Walter Benjamin, Serpa busca uma maneira de abarcar “(...) *o maior número possível de mediações que incidem sobre os (complexos) processos cognitivos, indo da vivência à experiência, do percebido ao vivido(...)*” (p. 224), considerando que o existir enquanto ente social também é ser percebido enquanto distinto. Desta forma, a Geografia das Representações Sociais tem por objetivo entender as lutas entre as identidades onde elas se fazem perceber. Assim, as pesquisas pautadas nesta base teórica-metodológica devem considerar, “(...) *em ultima instância, o poder de impor uma visão do mundo social por*



grupos (ou quase grupos) e sua capacidade de gerar identidades e representações sociais” (p. 224).

Retornando ao nosso estudo, para a análise da territorialidade e dos símbolos utilizados na construção das identidades, a Geografia das Representações Sociais desempenhou um papel fundamental para decodificar as representações espaciais (sócio-territoriais) construídas pelos diversos agentes acerca da territorialidade produzida pelos ciganos.

Foram feitas entrevistas e aplicados questionários com a população não cigana a fim de entender qual a imagem que o grupo possui perante à sociedade, quais os símbolos que constroem essa imagem e, a partir de quais referenciais eles são construídos. Quanto à população cigana, as entrevistas e os questionários tiveram o objetivo de, a partir da análise dos discursos, perceber quais são os símbolos usados por estes grupos para construir sua identidade territorial e quais seriam as relações entre os vários territórios ciganos a serem estudados.

Como estratégia para analisar as representações sociais sobre os territórios ciganos dos agentes de produção do espaço propostos nesta análise (cigano e o não cigano), foram utilizadas técnicas de cartografia cognitiva, pois segundo Serpa (2005, p. 227), *“a cartografia cognitiva é parte integrante e indissociável das práticas espaciais, facilita nossa vida na resolução de problemas espaciais cotidianos e norteia nossas estratégias de apropriação do espaço”*. Sabe-se que o uso dessa estratégia metodológica pode criar a dúvida se a imagem do espaço proposto é uma versão do agente ou uma imagem da realidade em si, destacando-se a priori que pode não haver uma simetria entre as imagens do real e o real. O importante aqui é salientar que as imagens construídas são formas de lidar com o espaço, produzidas por tais agentes, e que lhes auxiliam na apropriação do espaço de acordo com seus objetivos.

Cartas cognitivas foram construídas tanto pelos não ciganos quanto pelos ciganos, alicerçando a posteriori a construção pelo pesquisador de mapas-síntese das representações sobre o urbano por ciganos e não ciganos. Neste artigo apenas os mapas mentais síntese serão apresentados, pois como alertado anteriormente, este é um esboço ampliado da pesquisa de mestrado realizada pelo autor.

5. Resultados alcançados e conclusões preliminares

A questão norteadora da pesquisa partiu da forma como os ciganos, que representam uma cultura diferenciada, apropriavam-se do espaço, imprimindo-lhe suas relações de poder, conformando um território. Já que estes representam um grupo étnico com comportamentos e práticas peculiares, que são naturalizados e ao mesmo tempo menosprezados pela cultura dominante, sendo chamada de subcultura alternativa ou excluída, por representarem maneiras próprias de lidarem com a realidade, Cosgrove (1998a), deste modo as ações emanadas por grupos culturais que representam minorias, são depreciadas em função de padrões culturais, predominantemente etnocêntricos, que hierarquizam o que é diferente, criando estigmas e preconceitos.

Assim, a pesquisa foi realizada com o objetivo de compreender como os ciganos territorializaram-se no contexto selecionado, partindo da análise também de suas práticas culturais, que delimitam a sua identidade cultural e territorial, diferenciando-o da população não cigana.

O dote, o casamento preestabelecido pelos pais, o comércio a agiotagem, de acordo a pesquisa representaram comportamentos particularizados dos ciganos que desdobraram-se em relações econômicas, destacando que a dimensão cultural engloba o econômico, numa perspectiva dialética, pois para o mundo cigano a dimensão econômica esta inserida na cultura. Tais práticas contribuíram para a sobrevivência dos grupos ciganos, diante da história de perseguições sofridas por eles.

A identidade territorial cigana foi analisada através do arcabouço metodológico assentado sobre a cartografia cognitiva, que indicou os macro marcos referenciais do espaço, “macro” graças a sua, capacidade de referenciar a cidade em todas as categorias estudadas (ciganos e não ciganos), e pelo sua repetição insistente nas cartas mentais ciganas. Nos dois contextos urbanos analisados, observamos que apesar da cidade ser um ancoradouro de símbolos, para os ciganos estes estavam relacionados a determinadas parcelas da cidade, como exemplo, os “centros”. Seus locais de moradia, não possuíam uma repercussão para eles como os centros, representados pelas praças principais dos municípios, outros elementos como as instituições bancárias, também se repetiram, enfocando as atividades econômicas dos ciganos, que neste caso, não tem o banco como espaço para transgressões legais (trapaças), mas sim como instituições



financeiras utilizadas na logística dos seus negócios, inserindo os ciganos no chamado circuito inferior da economia, porém com uma articulação complexa ao superior, Santos (1979). (**Observar anexo 2 e 3**).

Ainda sobre as práticas culturais ciganas (o dote, o casamento preestabelecido pelos pais, o comércio a agiotagem, etc.) podemos relacioná-las, a maneira como esses se territorializaram em vários contextos urbanos, porém mantendo ainda relações próximas, não em função da distância das cidades, mas em função de fortes laços de parentesco, que indicam uma relação clânica, com predomínio de uma família em especial a Cordeiro. Podemos ainda elencar o movimento como característica cultural dos ciganos, desta forma a mobilidade de famílias entre várias cidades, demonstra estratégias espaciais, e não movimentos aleatórios desterritorializantes. Estas práticas culturais mencionadas anteriormente delimitam um espaço de relações mais amplo que a escala intra-urbana, como a própria escala regional, os chamados territórios-rede. (**Observar anexo 4**).

Na pesquisa observou-se que os ciganos formam um grupo étnico complexo, com práticas culturais que são ao mesmo tempo espaciais, sua presença em determinadas cidades indica uma série de relações de poder, não apenas na escala intra-urbana, haja vista que os ciganos estão dispersos em vários contextos urbanos e regionais, ao mesmo tempo, observou-se uma articulação entre os vários grupos, principalmente aos do nosso contexto analisado, Governador Mangabeira e Cruz das Almas (**Observar anexo: 5**). Assim, caracterizando os chamados territórios-rede, ou seja, territórios que em determinada escala são pontos interligados, e em outra, espaços contínuos, as cidades já mencionadas fazem parte de um conjunto de cidades articuladas por uma rede territorial cigana, sendo que a interação entre estes grupos se desdobra na verdade em formas de reprodução de sua cultura.

Os ciganos, ao tempo que constroem esta articulação, possuem percursos entre cidades que, muitas vezes, podem se repetir formando um espaço de circulação que, na verdade, delimita um território de errância Bonnemaison (2002), onde as cidades pesquisadas se revelam enquanto núcleos fortes deste território.

Na escala intra-urbana, além das várias territorialidades que se constroem, observa-se, quanto aos ciganos, processos territorializadores, que não evidenciam apenas os locais de moradia, mas também outros espaços das cidades, sendo estes



principalmente as praças, locais ligados diretamente às atividades econômicas dos ciganos.

Na pesquisa constatou-se as principais atividades econômicas ciganas que vão desde os empréstimos à juros até o comércio de solo urbano, atividades, que através do sistema adaptativo cigano, lhes permitem em qualquer tipo de sociedade sobreviverem. As relações de afetividade com o espaço existem, entretanto estão relacionados aos que Guimarães (2003), chama de “lugares movimentantes” e sua utilidade para a sobrevivência do grupo é primordial. Então, manter-se em uma cidade ou bairro, pode não ser tão importante quanto estar em movimento para determinada cidade que faz parte de um circuito historicamente construído de cidades, que lhes forneça o necessário para a sobrevivência. Os ciganos na atualidade, graças aos utensílios da vida moderna e às suas atuais formas de sobrevivência econômica, se direcionam a um caminho de sedentarização. Por outro lado, isso pode também, incentivar o movimento, a depender do contexto da economia local, tornado-os na verdade seminômades.

As atividades econômicas dos ciganos reportam-se ao espaço urbano, haja vista que estes, exercem o papel de agentes financeiros informais, com seus empréstimos a juros extorsivos, que na realidade local, tornaram-se comuns, porém não deixando de possuir o seu caráter ilegal, as praças são verdadeiros pontos de negócios para eles, formando para sua clientela espaços destinados a quem deseja realizar algum empréstimo ou negócio com ciganos.

Os negócios realizados com o solo urbano foram observados com maior intensidade na cidade de Governador Mangabeira que em Cruz das Almas, pois nesta última os valores dos imóveis requerem um investimento alto, transformando o capital de giro dos empréstimos em capital fixo, diminuindo a capacidade de fornecimento de crédito por parte dos ciganos.

Quando se parte para o estudo de um grupo específico, como os ciganos, com práticas culturais próprias, encontram-se, de uma forma bem genérica, vestígios de uma relação étnica marcada muitas vezes pelo preconceito. A língua, as vestes, o comportamento expansivo e descontraído, os ranchos, as festas, enfim, a cultura cigana é vista de uma maneira hierarquizada num quadro de inferioridade em relação à cultura etnocêntrica ocidental. Palavras como “estranhos”, é mais comum do que se pensa, há uma exotização por parte dos não ciganos quanto às várias relações internas que



desenham os grupos ciganos, sem contar com a estigmatização quanto a violência, que nas cidades se revelou insignificante, por outro lado, o próprio cigano encena a figura do “ser” violento, que lhe auxilia principalmente quanto a cobrança de suas dívidas.

Observamos ainda, que o cigano vive várias dimensões sociais ao mesmo tempo, uma fortemente relacionada ao seu grupo cultural, e outro com relações as dinâmicas não ciganas. O cigano possui uma identidade cultural, construída sobre repressões de todos os tipos, tornando-o um individuo relutante quanto às relações travadas com os não ciganos, porém ao mesmo tempo necessitando destas para sobreviver. As artimanhas ciganas nos negócios, não representam apenas o lucro propriamente dito, mas simbolicamente possuem uma conotação de triunfo diante ao não cigano, uma conquista dentre as suas várias derrotas históricas.

A construção deste artigo sobre a rede territorial cigana na Bahia com ênfase para os municípios de Governador Mangabeira e Cruz das Almas, foi um esforço na tentativa de analisar sinteticamente as complexas relações dos ciganos com o espaço, partindo de suas características culturais, porém encontrando diversas barreiras que na medida do possível foram sendo transpostas, tendo como objetivo implícito e primordial, apontar para a sociedade majoritária, que o respeito pela cultura das minorias ciganas deve partir do conhecimento dos valores e das manifestações culturais ciganas.

Refefências Bibliográficas

ANDRADE, M.C. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas territorialidades os limites do poder nacional. In: SANTOS, Milton (org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.213.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, R L. & ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro, EdUERJ,2002. p. 83-131.

BRITO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador – BA, ano IV, nº6, p.12-20. Julho de 2002.



CORRÊA, R. L. & ROSENDHAL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: **Introdução à Geografia Cultural**, (Orgs). CORREA, R. L. & ROSENDHAL, Z. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2003, p. 09-18.

CORRÊA, R. L. & ROSENDHAL, Z. (orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002. p. 195.

COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In **Paisagem, tempo e Cultura**. (Orgs.) CORRÊA, R. L e ROSENDAHL, Z: Rio de Janeiro, EDUERJ, (1998a).

COSTA, W. M da. **Geografia política e Geopolítica: discurso sobre território e poder**. São Paulo, HUCITEC: EDUSP, 1992. p 45.

GUIMARÃES, Solange T. de L. Paisagens e ciganos: uma reflexão sobre paisagens do medo. In **Geografia: Leituras Culturais** (Orgs.) ALMEIDA, M. G. de; RATTS, Alecsandro J.P. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 49-69.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais in CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999. p. 49-58.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede “ gaúcha” no nordeste**. Niterói, EDUFF, 1997. 293 p.

RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, ed. Ática, 1993.

SERPA, Angelo S. P. Por uma Geografia das Representações Sociais. **OLAM. Revista de Ciência e Tecnologia**. Vol. 05, nº01. – Rio Claro, 2005. p 220.



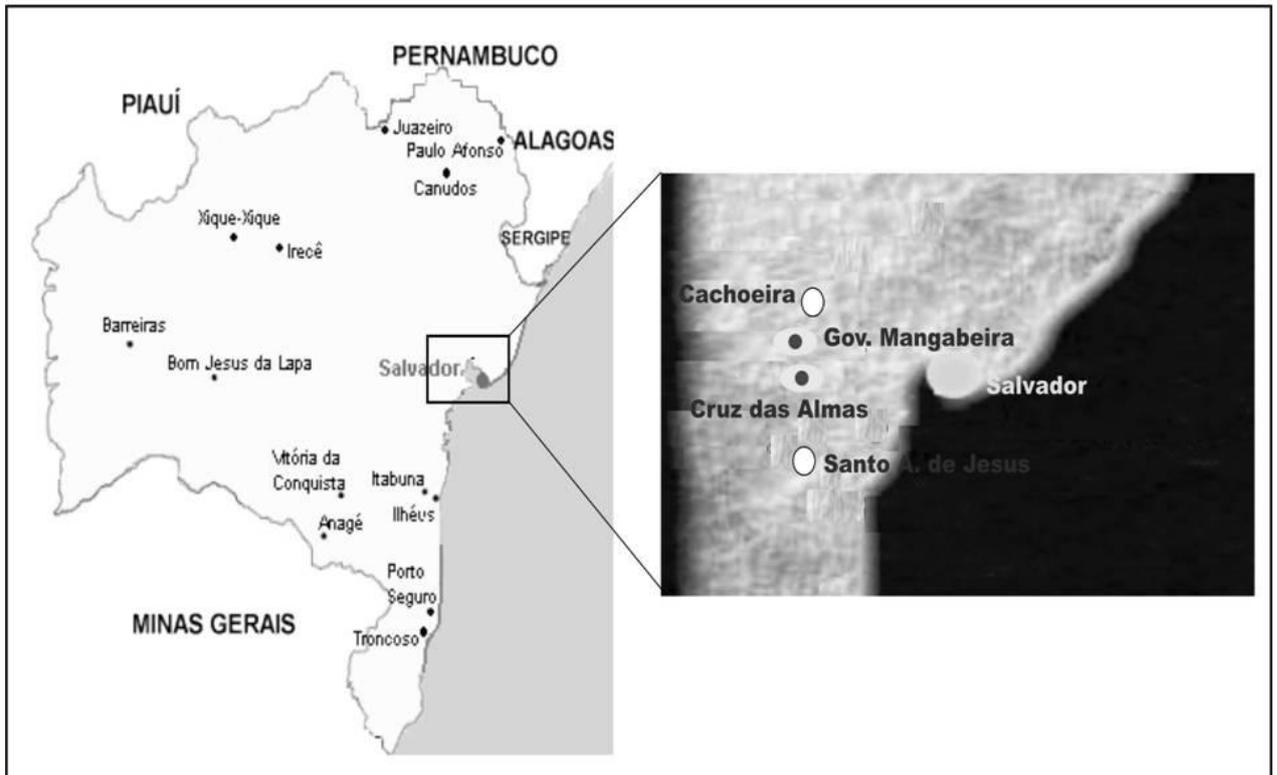
SERPA, Angelo S. P. Percepção e fenomenologia: Em busca de um método Humanístico para estudos e intervenções do / no lugar. **OLAM. Revista de Ciência e Tecnologia**. Vol. 01, nº02. – Rio Claro, 2001. p 29.

SOUZA, Marcelo L. de. Sobre o espaço: Território Autonomia e Desenvolvimento In CASTRO, I.E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p 77-116.



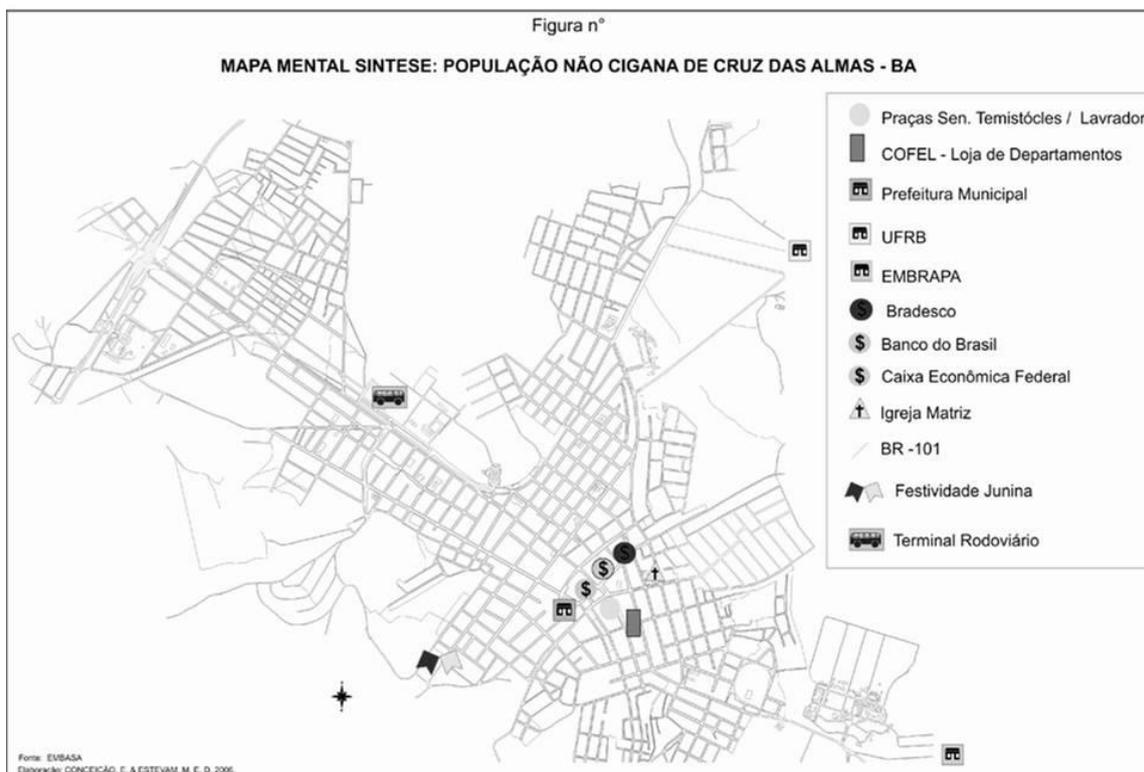
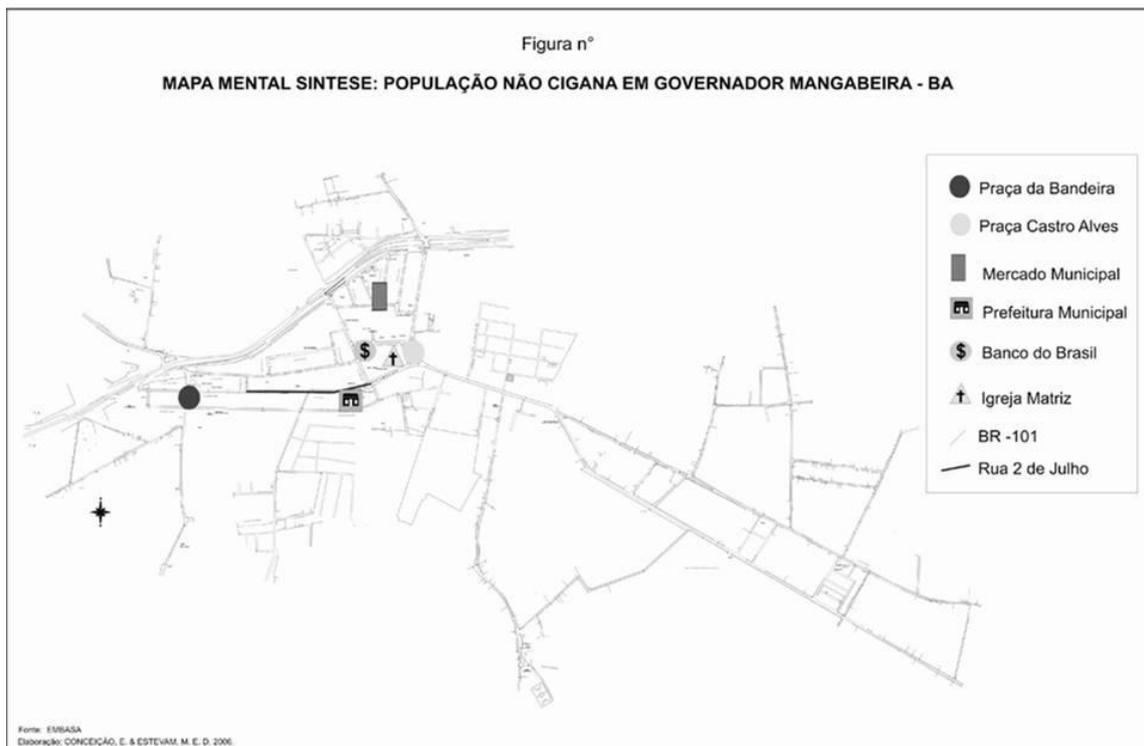
ANEXOS

ANEXO 1: Localização da área em estudo.

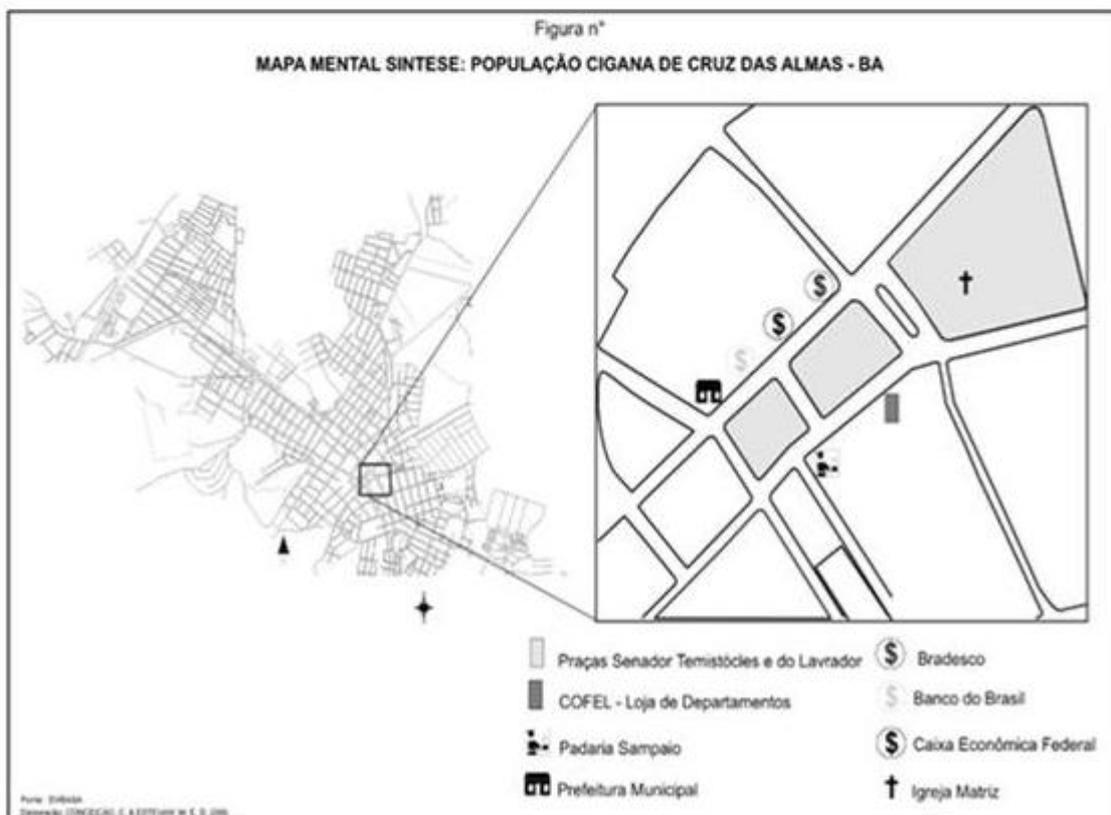
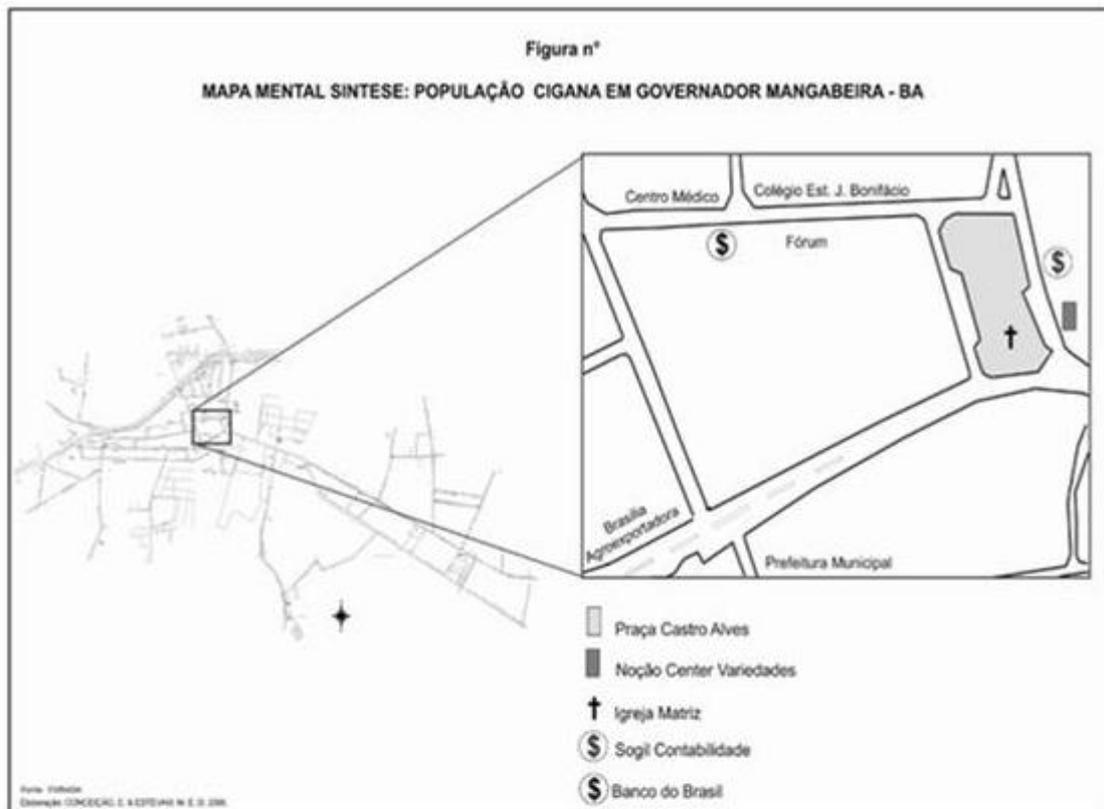


Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2006.
Elaboração: CONCEIÇÃO, E; ESTEVAM, M. E.

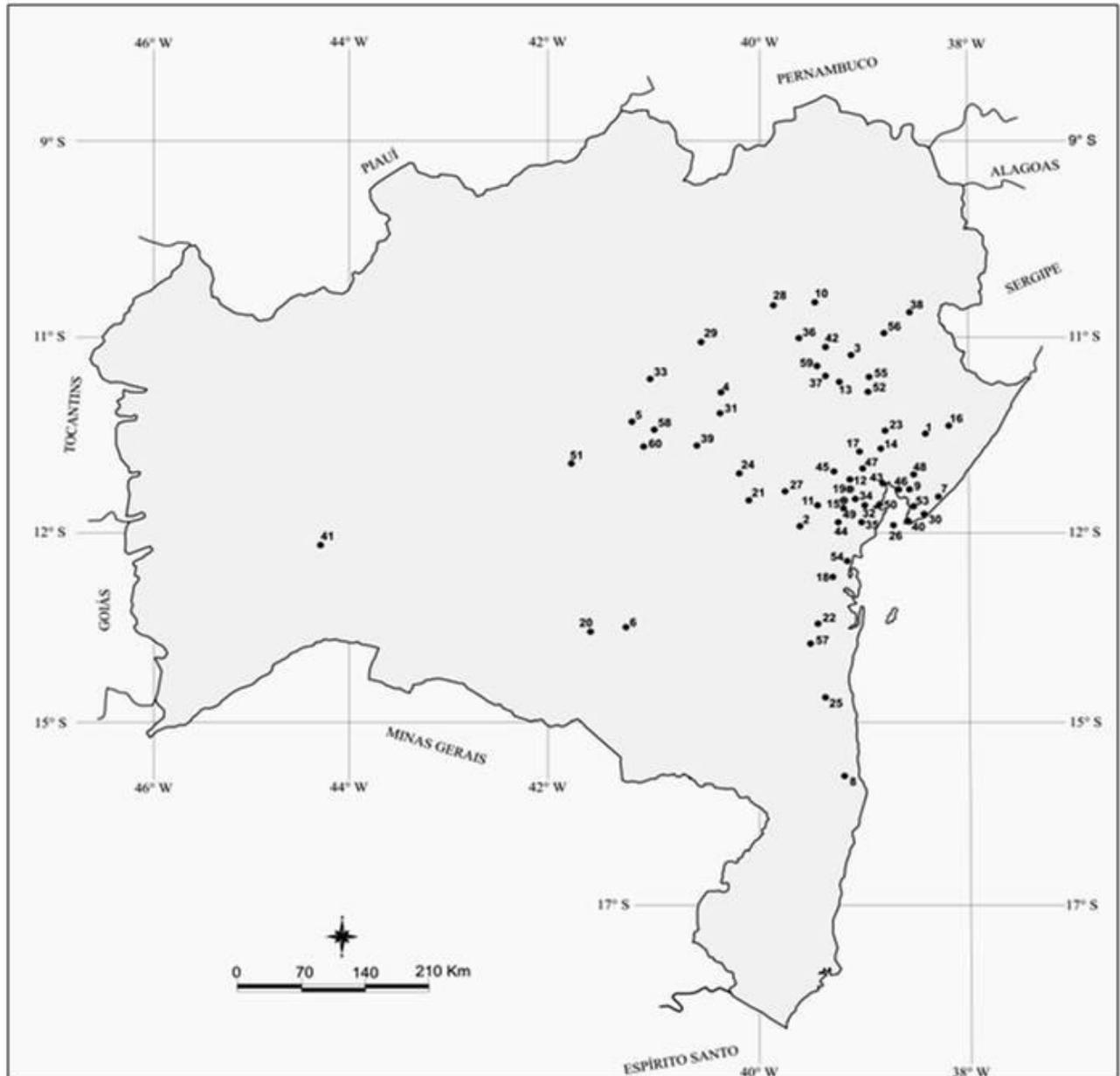
ANEXO 2: Mapa síntese população não cigana do município de Governador Mangabeira e Cruz das Almas.



ANEXO 3: Mapa síntese população cigana do município de Governador Mangabeira e Cruz das Almas.

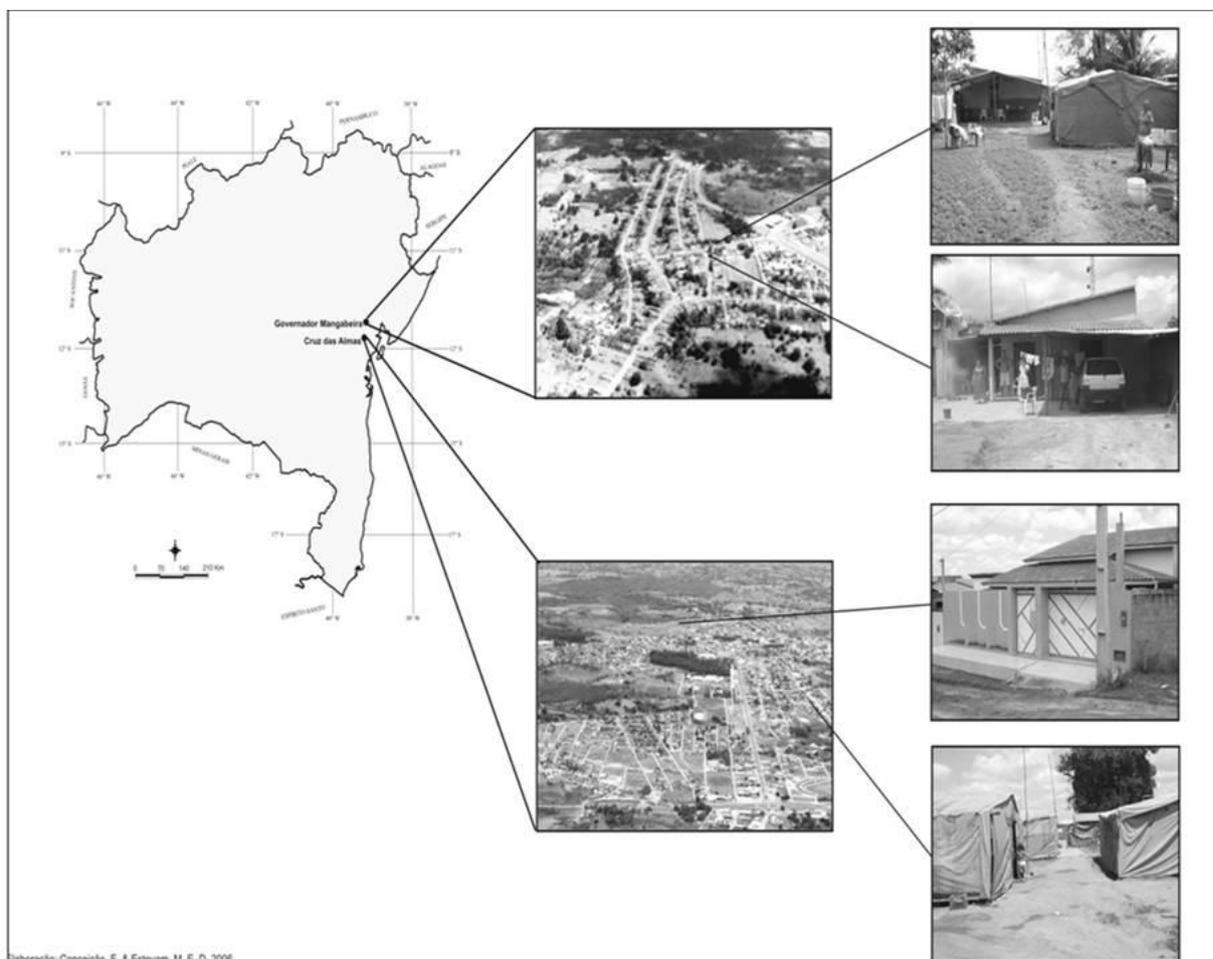


ANEXO 4: Grupos ciganos na Bahia articulados aos de Gov. Mangabeira e Cruz das Almas.



N°	MUNICÍPIOS	N°	MUNICÍPIOS	N°	MUNICÍPIOS	N°	MUNICÍPIOS
1	Alagoinhas	16	Entre Rios	31	Mairi	46	São Francisco do Conde
2	Amargosa	17	Feira de Santana	32	Maragogipe	47	São Gonçalo dos Campos
3	Araci	18	Gandu	33	Morro do Chapéu	48	São Sebastião do Passé
4	Baixa Grande	19	Governador Mangabeira	34	Muritiba	49	Sapeaçú
5	Bonito	20	Guanambi	35	Nazaré	50	Saubará
6	Brumado	21	Iaçú	36	Queimadas	51	Seabra
7	Camaçari	22	Ibirapitanga	37	Retirolândia	52	Serrinha
8	Canavieiras	23	Irará	38	Ribeira do Pombal	53	Simões Filho
9	Candeias	24	Itaberaba	39	Ruy Barbosa	54	Taperoá
10	Cansanção	25	Itabuna	40	Salvador	55	Teofilândia
11	Castro Alves	26	Itaparica	41	Santa Maria da Vitória	56	Tucano
12	Conceição da Feira	27	Itatim	42	Santa Luz	57	Ubaitaba
13	Conceição do Coité	28	Itiuba	43	Santo Amaro	58	Utinga
14	Coração de Maria	29	Jacobina	44	Santo Antônio de Jesus	59	Valente
15	Cruz das Almas	30	Lauro de Freitas	45	Santo Estevão	60	Wagner

ANEXO 5: Mapa dos espaços ciganos nos municípios de Gov. Mangabeira e Cruz das Almas.



Elaboração: Conceição, E. & Estevam, M. E. D. 2006.

Recebido para publicação em setembro de 2008
Aprovado para publicação em novembro de 2008